

**ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
E FÓRUM CIENTÍFICO DO UNICERP
EDIÇÃO 2020**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA MOROSIDADE
JUDICIÁRIA**

Sthéfany Porto Melo¹, Izabel Rosa Moreira²

E-mail: sthefanyporto1@gmail.com

¹ Autora, Graduanda em Direito pelo UNICERP, Patrocínio-MG, BRASIL ² Orientador, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, BRASIL.

Introdução: O presente trabalho tem como escopo analisar os limites da Responsabilidade Estatal em razão da morosidade judiciária, visto o prejuízo individual e coletivo da lentidão processual. Sob análise da decisão do Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2018, que posicionou favorável a Responsabilidade Objetiva Estatal, em face a jurisprudência majoritária que manifesta a favor da Responsabilidade Subjetiva. Busca avaliar as consequências do possível entendimento para a Responsabilidade Objetiva do Estado por atos jurisdicionais. **Materiais e Métodos:** Assim, foi utilizada pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, por meio de método dialético, e como auxiliar o dedutivo. Para fundamentação legal foram utilizadas pesquisas na Constituição Federal de 1988 e o Código de Processo Civil de 2015. Como fundamentação doutrinária destacam-se Rui Stoco (2015), Celso Antônio Bandeira de Mello (2014), Sergio Cavalieri Filho (2012) e André Nicolitt (2014), como principais autores que colaboraram para as análises no decorrer do trabalho. **Resultados:** A jurisprudência demonstra uma posição divergente do Superior Tribunal de Justiça. No entanto, a discussão permeia na doutrina e artigos que permitiram o estudo. **Conclusão:** Em síntese, o presente estudo demonstra que a previsão constitucional da Responsabilidade Estatal, de forma objetiva, garante a responsabilização pela morosidade, conforme a decisão do Superior Tribunal de Justiça, vez que o Estado não pode se eximir de ressarcir aqueles prejuízos pela demora injustificada. No entanto, é necessária a observância dos demais requisitos de responsabilidade civil para obter um equilíbrio jurídico, tendo em vista que está sob análise um problema coletivo, portanto, é inviável a indenização pela simples demora judicial, vez que resultaria em um rombo aos cofres públicos.

Palavras-chave: Devido Processo Legal. Duração Razoável do Processo. Demora na prestação jurisdicional.